

Notas para uma tipologia classista dos “movimentos sociais”

ELIEL MACHADO*

[A burguesia] reprimira todo o movimento da sociedade pelo poder do Estado; todo o movimento da sua sociedade é esmagado pelo poder do Estado.

Karl Marx

O 18 Brumário de Luís Bonaparte

No olvidemos que “lo social” no es patrimonio exclusivo de los oprimidos y los explotados. Las clases dominantes también son parte de la sociedad y sus movimientos son también movimientos sociales.

Roberto Regalado

Movimientos sociales y partidos de izquierda en América Latina hoy

Introdução

A despeito de toda produção teórica sobre os chamados “movimentos sociais”, dentro e fora do marxismo, é preciso constituir uma teoria que os relacione mais sistematicamente com as classes sociais, ou melhor, com a luta de classes. Esta

* Professor de Ciência Política da UEL e pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP). E-mail: elielmachado1@hotmail.com.br. Agradeço a Andréia Galvão e Sávio Cavalcante pela leitura atenta e crítica deste artigo. Porém, as eventuais lacunas e/ou imprecisões são de minha inteira responsabilidade.

é uma equação ainda não completamente resolvida, embora vários intelectuais tenham se debruçado sobre ela. Em geral, eles os têm circunscrito ao âmbito dos oprimidos e dos explorados, desconsiderando-se a possibilidade de setores das classes médias constituírem “movimentos-apoio” ao bloco no poder. Nesta mesma direção, parece-nos que os “movimentos dos médios burgueses” também têm ficado de fora deste escopo teórico.¹

Provavelmente, a maior dificuldade dentro do marxismo para se relacionar “movimentos-apoio” às “classes dominantes” é de natureza teórica, já que “empiricamente” eles existem: MBL – Movimento Brasil Livre, TFP – Tradição, Família e Propriedade, MEB – Movimento Endireita Brasil, Revoltados Online etc. No que se refere aos “movimentos dos oprimidos” (LGBTs, negros, antiglobalização etc.), geralmente se negligenciam as suas determinações de classe (econômica, política e ideológica) em benefício sobretudo das suas demandas, como se estas fossem descoladas daquelas.

Como os marxistas têm privilegiado movimentos cujas demandas se relacionam ao trabalho (emprego, terra, salário) ou à reprodução da força de trabalho (moradia, saúde, transporte, mulheres etc.), os demais permanecem num plano secundário e carecem de categorias teóricas mais precisas. Em vista disso, a principal contribuição teórica que propomos é oferecer alguns subsídios que supram essas lacunas: 1. Que se relacionem as demandas/bandeiras dos movimentos dos oprimidos às suas determinações de classe; 2. Que se considere a possibilidade de, por um lado, setores das classes médias se organizarem em “movimentos-apoio” às classes dominantes e, por outro, de frações do médio capital constituírem-se em movimentos.

Em relação ao primeiro ponto, apresentamos uma hipótese: os movimentos que articulam suas demandas em torno das “identidades” parecem isolá-las das demandas vinculadas à exploração capitalista. Como boa parte destes movimentos tem forte presença das classes médias e de setores proletarizados, arriscamos a dizer que, embora as suas determinações de classe se deem, principalmente (mas não exclusivamente), nas relações de produção, isto não impede que possam se identificar nas instâncias política ou ideológica. É por isso que se pode localizar um “movimento” numa instância em particular que, no exemplo acima, é a instância ideológica das “identidades”.²

1 Por exemplo: *El Barzón* mexicano e *Federación Argentina de Agricultura* (FAA).

2 No fundo, as “identidades” não estão desvinculadas da exploração capitalista, pois elas podem se constituir em barreiras para os seus membros terem acesso ao mercado de trabalho formal, restando-lhes, em muitos casos, trabalhos precários, quando não são jogados na prostituição ou em situação de rua. Apesar dos avanços das pesquisas realizadas pelo IBGE, não há nenhuma investigação específica referente à identidade de gênero ou orientação sexual no Censo Demográfico e, principalmente, relativa à inserção da população LGBT no mercado de trabalho. O que temos, por outro lado, são informações de coletivos, blogs, páginas nas redes sociais etc., que denunciam o problema. Mesmo assim, sugerimos uma consulta ao Relatório de Violência Homofóbica no Brasil, de 2013. Ver: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso

Sobre o segundo ponto, Poulantzas fornece os principais elementos para corroborar a perspectiva de que os dominantes não se “movimentam”, sobretudo quando atribui ao Estado burguês a tarefa de organizar política e ideologicamente a dominação e, ao mesmo tempo, de desorganizar os dominados. Porém, em nossa leitura, isto não impede que setores das classes médias se constituam em “movimentos-apoio”³ ao bloco no poder que, no sentido poulantziano *stricto sensu*, significa apoio sem contrapartida econômica, isto é, por pura ilusão ideológica.⁴ No caso dos médios burgueses, ligados ao modo de produção híbrido,⁵ organizam-se em movimentos para reivindicar do Estado demandas próprias, como subsídios estatais para a produção etc. Nada impede, por exemplo, de estabelecerem alianças táticas com classes ou frações no interior do bloco no poder, mas obviamente que não participam dele.

Para uma melhor compreensão desta proposta, faz-se necessário definirmos qual é o nosso entendimento de “movimentos sociais” e qual é a sua articulação com as classes sociais: entendemo-los como representações defasadas de classe, do mesmo modo que os partidos políticos para Poulantzas; e em relação à articulação com as classes, como já adiantamos acima, defendemos a hipótese de que, no campo das “práticas de classe”, os dominados podem constituir, tanto movimentos próprios, como também de apoio aos dominantes. Lembremos que, de acordo com Poulantzas, estas “práticas” fomentam a distinção entre sindic-

em: 5 set. 2017; ver também a seguinte matéria: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/transgenero-transsexual-travesti-os-desafios-para-a-inclusao-do-grupo-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 5 set. 2017.

3 Este termo é uma digressão nossa a partir de “classes-apoio” de Nicos Poulantzas (2012).

4 Dois esclarecimentos importantes são necessários aqui: primeiro, damos um tratamento diferenciado do proposto por Poulantzas, isto é, não se trata apenas de “pura ilusão ideológica”, uma vez que, sob o neoliberalismo, há interesses materiais envolvidos como, por exemplo, a preservação de determinados privilégios para as classes médias. Em segundo lugar, sobre este “apoio”, é preciso levar em consideração que, na historiografia recente do Brasil, o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR), nos anos 1990, como representante dos interessados dos latifundiários que se organizaram para a defesa armada de suas propriedades sob ameaça – real ou fictícia – das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), colocou-nos um problema teórico para o qual não temos resposta: como definir este tipo de “movimento” que, no fundo, não espera total proteção do braço armado do Estado para a defesa de suas propriedades? Como no momento não podemos oferecer uma reflexão mais consistente, optamos por investir em outra direção: em tese, embora o Estado burguês organize política e ideologicamente as classes e frações dominantes – e o faz com relativa autonomia frente a elas –, estas contam com o apoio político-ideológico de setores conservadores e/ou reacionários das classes médias, para os quais designo o termo “movimentos-apoio”. Além disso, é preciso enfatizar que as classes dominantes também se valem de meios de disseminação e propagação de sua ideologia, como é o caso dos chamados *think tanks*.

5 Trata-se de uma formulação de Milios e Economakis (2011, p.70) que significa o seguinte: “O modo de produção híbrido aparece como combinação histórica particular distinta de três relações fundamentais que dão origem às relações de produção (‘matriz’), i.e., como um modo de produção histórico (‘puro’) distinto. O modo de produção híbrido é o modo de produção do sistema de dominação capitalista no qual o trabalho não pago (familiar) coexiste com o trabalho marginal, mas permanentemente contratado (não familiar)”.

tos e partidos – por nossa conta, acrescentamos os “movimentos sociais”. Neste sentido, eles são, em última instância, o efeito “empírico” da luta de classes numa determinada formação social, ao lado dos sindicatos e dos partidos, embora ocupem um lugar distinto destes. Como estes últimos – embora se diferenciem entre si –, eles são a expressão das “práticas de classe” dentro dos limites impostos pelas próprias estruturas na cena política. A rigor, trata-se, portanto, de “movimentos de classe” que, no senso comum acadêmico e/ou fora dele, recebem genericamente a denominação de “movimentos sociais”.

Em suma, este artigo propõe oferecer ao leitor um instrumental teórico que permita estabelecer vínculos mais precisos dos “movimentos” com as classes sociais, sem a pretensão de esgotá-los. As elaborações teóricas foram suscitadas a partir de movimentos sociais concretos provenientes da realidade brasileira e/ou latino-americana, principalmente pós-anos 1990.⁶

Para atingir esses objetivos, dividimos este texto em duas partes: na primeira, investimos nas determinações econômicas, políticas e ideológicas de classe que, como já dissemos acima, são fundamentais para relacionarmos “movimentos” com classes sociais; na segunda, oferecemos uma tipologia dos “movimentos de classe” como forma de ilustrar melhor as relações entre, de um lado, as determinações de classe dos “movimentos” e, de outro, as suas potenciais posições políticas na conjuntura. Nas considerações finais, retomamos pontualmente o texto de Milios e Economakis (2011) e apresentamos uma interpretação alternativa às posições de classe de alguns movimentos sociais à luz de suas proposições.

As determinações econômicas, políticas e ideológicas de classe

Uma das hipóteses norteadoras deste artigo é que os dominados podem tanto se organizar em movimentos sociais próprios, como também em apoio às classes dominantes. Porém, reconhecemos que há autores que defendem que os “movimentos sociais” não são instrumentos exclusivos dos oprimidos, dominados e explorados:

No olvidemos que “lo social” no es patrimonio exclusivo de los oprimidos y los explotados. Las clases dominantes también son parte de la sociedad y sus movimientos son también movimientos sociales. *Ellas son la parte de la sociedad que controla el Estado, y sus movimientos sociales son los que, mediante la política, más presiones ejercen y más se benefician de la acción de esta maquinaria de coerción y de violencia.* Es evidente que la lucha política es una lucha social, que es la forma superior de la lucha social, porque es la que determina qué intereses sociales

6 Como o leitor notará, os exemplos de “movimentos sociais” que utilizamos na tipologia remetem, principalmente, à realidade social latino-americana, ficando de fora os europeus, estadunidenses, entre outros. Isto se deve, basicamente, à familiaridade do autor com a realidade social e política da América Latina.

favorecerá y qué intereses sociales rechazará el Estado. También es evidente que son absurdas la separación de “lo político” y “lo social”, y la negación de lucha política que hacen los movimientos sociales influenciados por los ideologemas de las clases dominantes, interesadas en que ellos no practiquen esa forma de lucha [grifos nossos]. (Regalado, 2012, p.70-71)

Maria da Glória Gohn (2008, p.241-271) faz o mesmo, mas, como Regalado, não avança nem teórica, nem empiricamente sobre isso. Não vamos recuperar toda a discussão a respeito, porém, se o Estado burguês organiza, política e ideologicamente, os dominantes e desorganiza os dominados, os primeiros não se “movimentam”, pois o Estado faz isso por eles.

Dito isto, passemos, então, às determinações econômicas, políticas e ideológicas de classe, cuja importância para nossa discussão reside basicamente no seguinte: as demandas dos movimentos sociais podem ser melhor compreendidas se relacionadas às determinações de classe que, como veremos, são traduzidas por suas posições na conjuntura.

Harnecker (1973, p.185) sustenta que as classes sociais não são os sujeitos criadores das estruturas sociais: “São, pelo contrário, como diz Marx, os ‘portadores’ (*Träger*) de determinadas estruturas, os atores de um drama que não construíram”. Detenhamo-nos um pouco mais nas suas contribuições em relação ao termo “portador”:

Em primeiro lugar, devemos advertir que a palavra alemã “*Träger*” tem em espanhol (e em francês) dois significados muito diferentes: “suporte” e “portador”. O primeiro termo (suporte) traz a ideia de sustentar, de ser base de algo, de servir de apoio a alguma coisa, e neste sentido Marx a utiliza quando afirma que “as relações materiais são os suportes (*Träger*) das relações sociais”.

O segundo termo (portador) significa, pelo contrário, tomar sobre si, levar consigo, e neste sentido Marx o emprega quando afirma que “o capitalista não é outra coisa senão o capital personificado” que “só atua no processo de produção como portador (*Träger*) do capital”. Quando o marxismo afirma que as *classes sociais são os portadores de determinadas estruturas*, está rejeitando toda concepção voluntarista acerca das classes sociais [gritos da autora]. (Harnecker, 1973, p.185, 186)

Com o intuito de desfazer mal-entendidos a respeito, a autora esclarece:

Afirmar que não são as classes que *criam* as estruturas não significa negar que elas possam *atuar* sobre as estruturas, modificando-as dentro de certos limites. Estes limites dependem de certas condições materiais, fundamentalmente do grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Sem a participação ativa das classes, as estruturas sociais tendem a reproduzir-se superando as crises provo-

cadav por suas contradicões internas. As mudançav radicav das estruturas sociais só se produzem quando as classes revolucionárias são capazes de aproveitar-se das crises do sistema para produzir mudançav estruturav profundav, isto é, mudançav revolucionárias. Isto é o que explica o papel fundamental que o marxismo atribui à luta de classes como motor da História [grifos da autora]. (Harnecker, 1973, p.186)

Em uma palavra, quando se afirma que as classes são portadoras de determinadas estruturas, no fundo está-se dizendo que elas são o efeito da estrutura social global sobre os indivíduos que participam de uma ou outra maneira na produção social. Tal definição a leva a se perguntar: “Teríamos abandonado, por isso, o conceito de relações de produção para definir classes?”.

Achamos que este seria o caso se concebêssemos a estrutura social global como uma simples articulação de níveis (econômico, ideológico e político) como o faz Poulantzas. Neste caso se cai na impossibilidade teórica de estudar este efeito como um efeito da estrutura global e o indivíduo se vê forçado a analisá-lo como uma série de efeitos parciais em nível de cada estrutura regional.

Por outro lado, se se pensa na articulação dos diferentes níveis da estrutura social a partir das *relações de produção*, tudo se altera. Para Marx, são estas as relações que servem de centro estruturador ou de matriz do conjunto social [...]. E, por isso, são estas as relações que servem de fundamento para as constituições das classes sociais. Negar isto, qualificando-o de desvio economicista, é negar a contribuição fundamental do marxismo para o estudo das classes sociais [...] [grifos da autora]. (Harnecker, 1973, p.187)

Para não nos estendermos mais a respeito, apenas apontaremos mais um elemento importante para as nossas discussões:

Uma coisa é falar das classes sociais como *efeitos* da estrutura global, o que, finalmente, não significa senão que elas são fundamentalmente o efeito das relações de produção; e outra coisa é falar dos *efeitos que as classes podem produzir* nos diferentes níveis da sociedade: efeitos ideológicos, efeitos políticos ou efeitos econômicos. Quando nos referimos a estes efeitos queremos referir-nos à prática concreta que estas classes realizam [grifos da autora]. (Harnecker, 1973, p.187)

Uma abordagem interessante que, sem romper totalmente com a perspectiva poulantziana a retifica em alguns pontos, é oferecida por Milios e Economakis (2011). Embora esses autores concordem que as classes são determinadas fundamentalmente nas relações de produção e que estas são insuficientes, por si mesmas, para defini-las, metodologicamente eles se atêm primeiro às relações de

produção para, num segundo momento, avançarem sobre os “efeitos pertinentes” que as classes potencialmente podem produzir.⁷ Como boa parte dos “movimentos sociais” é constituída nas classes médias, estas contribuições são importantes para nós.

Segundo Althusser, “a estrutura das relações de produção determina *lugares e funções* que são ocupados e assumidos por agentes da produção, que nunca são mais do que ocupantes desses lugares, na medida em que são ‘portadores’ (*Träger*) dessas funções” [grifos do autor] (1980, p.130). Neste sentido, as classes sociais são formadas no “interior de (diferentes) modos de produção como resultado de sua ‘matriz’ e dos ‘ocupantes’ e ‘portadores’ das (funções dessas) relações” (Milios; Economakis, 2011, p.59).

Em relação às classes médias, os autores propõem a seguinte definição:

As classes sociais em um modo de produção são definidas aqui como as classes *fundamentais* desse modo de produção (os principais agentes de um modo de produção para usar a terminologia marxista). Do mesmo modo, definimos como *não fundamentais*, ou melhor, como classes sociais *intermediárias*, aqueles agrupamentos sociais (se é que eles existem) que não são “portadores” (e não são “ocupantes”) das relações fundamentais, isto é, classes que não incorporam apropriadamente um “atributo social” específico, ou discernível, no nível do modo de produção. (Milios; Economakis, 2011, p.59)

Diferentemente de Poulantzas (2012) que define a chamada nova pequena burguesia como pertencente aos trabalhadores não produtivos e/ou aos produtivos do campo intelectual,⁸ Milios e Economakis desenvolvem a ideia de que ela pertence ao trabalhador coletivo, um exército industrial de tipo específico de trabalhadores assalariados (gerentes de nível mais baixo, supervisores), cuja função exclusiva é o trabalho de gerência-supervisão (diferentemente da realização do trabalho manual efetivo):

Conseqüentemente, os assalariados que pertencem a essa categoria espacial de trabalho não realizam exclusivamente a função de trabalho (relação de uso), mas, ao contrário, exercem poderes do capital. Assim, embora façam parte do trabalhador coletivo, isto é, dos trabalhadores produtivos – trabalhadores diretamente

7 Segundo Cavalcante (2012, p.319), “percebe-se que o esforço dos autores para a ‘correção’ das teses de Poulantzas é mais precisamente uma defesa da ‘definição econômica’ das classes, ou seja, é uma crítica ao que consideram concepções subjetivistas. Por isso que, para os autores, ‘não se pode conceber qualquer definição de classe no nível político e ideológico em contraste com sua definição estrutural no nível econômico’ [...]. Embora apesentem uma discussão complexa da relação entre ideologias e posições políticas com as relações econômicas, há ainda uma separação um tanto quanto rígida entre uma classe já existente economicamente e sua ‘consciência’ e organização política”.

8 Por exemplo, engenheiros e técnicos ligados diretamente à produção.

explorados pelo capital –, eles também “funcionam como capital” e, portanto, não são “incorporações” ou “personificações” de um “atributo social específico”, ou completamente discernível, no nível do modo de produção. (Milios; Economakis, 2011, p.64)

Em poucas palavras, eles não pertencem a nenhuma das classes fundamentais do MPC e, com isso, constituem parte de uma classe intermediária situada entre as classes operária e capitalista. Mesmo assim, ela é definida a partir das relações de produção, uma vez que, ao mesmo tempo que exerce o poder do capital, é também explorada por ele.⁹

Para os autores, a nova pequena burguesia inclui também “todos aqueles assalariados que formam o quadro de funcionários do aparelho estatal e, desse modo, exercem o poder em nome do sistema capitalista no processo de sua reprodução” (Milios; Economakis, 2011, p.66). Ambos os agrupamentos pertencem à mesma classe social porque “eles exercem o mesmo tipo de funções sociais no interior da reprodução capitalista, embora em diferentes níveis”. Isto é: exercem funções que asseguram a extração da mais-valia; funções que asseguram a coesão do poder político capitalista (burocracia estatal, aparato jurídico, militar etc.); funções em prol da sistematização e disseminação da ideologia dominante, tais como educação (idem, p.66-67).

Do ponto de vista das determinações econômicas (relações de produção), parece-nos que já temos elementos importantes abordados. Mas, como sustentamos que as classes são definidas principalmente, mas não exclusivamente, pelos lugares que ocupam nas relações de produção, é preciso observar os fatores políticos e ideológicos deste processo que, a rigor, devem ser captados a partir dos “efeitos pertinentes” como indicador de posições potenciais de classe.¹⁰

Milios e Economakis criticam Poulantzas por este considerar a nova pequena burguesia como parte da pequena burguesia tradicional,¹¹ além de identificar esta última com a média burguesia. Ou seja, Poulantzas considera “as classes médias em geral (pequena burguesia tradicional, nova pequena burguesia e média burguesia) como pertencentes a uma só classe social, a ‘pequena burguesia’” (Milios; Economakis, 2011, p.74).

⁹ É o que Poulantzas designa como “nova pequena burguesia”.

¹⁰ Boito Jr. (2003, p.247), por exemplo, defende a ideia da classe social como fenômeno simultaneamente econômico, político e ideológico: “Os trabalhadores assalariados manuais são a classe operária em potência no capitalismo. A situação histórica concreta e a ação dos partidos políticos socialistas possibilitarão, ou não, a conversão dessa classe potencialmente já dada, no plano da estrutura econômica, em uma classe ativa. Nesse processo de construção da classe operária, seus interesses e limites precisos serão definidos e testados na luta”.

¹¹ É preciso esclarecer que Poulantzas não integra a *nova pequena burguesia* na *pequena burguesia tradicional*, mas, isto sim, as une como um conjunto pequeno-burguês em razão dos efeitos pertinentes semelhantes, apesar das diferenças em relação às determinações econômicas de classe de ambas.

Na visão destes autores, Poulantzas comete outro equívoco ao dissociar os “efeitos” das situações estruturais de classe: “Não se pode conceber qualquer definição de classe no nível político e ideológico em contraste com sua definição estrutural no nível econômico” (Milios; Economakis, 2011, p.73). Avancemos um pouco mais nesta discussão, porém agora tentando estabelecer algumas ilações com os “movimentos sociais”.

Se uma formação social comporta mais de dois modos de produção, certamente cada um deles apresentará as suas próprias classes fundamentais. Nos termos colocados pelos autores acima, as classes fundamentais do MPC “puro” são a burguesia e o proletariado, mas estão submetidos a ele o modo de produção híbrido – cujas classes fundamentais são a média burguesia (trabalhador familiar não pago) e o trabalhador contratado (não familiar) – e a produção simples de mercadoria – cuja classe fundamental é o campesinato pobre. Poder-se-ia supor, então, que a cada classe social (burguesia, proletariado, média burguesia, trabalhador contratado, pequena burguesia tradicional, nova pequena burguesia e campesinato pobre) corresponderia um determinado “movimento social”. Porém, as determinações políticas e ideológicas, por “efeitos pertinentes”, têm peso importante nisso e embaralham o meio de campo:

Una clase social puede muy bien identificarse ya en el nivel económico, ya en el nivel político, ya en el nivel ideológico, y muy bien puede localizarse en relación con una instancia particular. No obstante, la definición de una clase *como tal* y su captación en el *concepto* correspondiente se refiere al conjunto de los niveles cuyo efecto es [grifos do autor]. (Poulantzas, 2012, p.69)¹²

Isto nos leva a compreender que as determinações de classe dos “movimentos”, como efeito principal da estrutura econômica, não impedem que eles possam se identificar em uma instância particular (política ou ideológica), como é o caso dos chamados “movimentos identitários”.¹³ Isto implica que as determinações estruturais de classe se traduzem por seus efeitos, ou seja, pelas posições de classe na conjuntura.¹⁴ Como Poulantzas já observou a este respeito, o problema é quando

12 Para evitar dúvidas, entendemos que “identificação” nos níveis não é o mesmo que “determinação”, esta compreendida, em última instância, nas relações sociais de produção. A ideia de “última instância” refere-se ao fato de que há outros fatores que incidem nesta determinação, perceptíveis por seus “efeitos pertinentes”, sejam eles políticos ou ideológicos.

13 Isto se deve ao desenvolvimento desigual das instâncias: como as classes são portadoras [Träger] delas, as suas representações (partidos) se apresentam defasadas na cena política em relação às estruturas. Por nossa conta, consideramos os “movimentos sociais” no mesmo sentido: representações defasadas das classes em relação às estruturas.

14 A título de ilustração, Poulantzas afirma: “Decir por ejemplo que existe una clase obrera en las relaciones económicas, implica *necesariamente* un lugar específico de esta clase en las relaciones ideológicas y políticas, *incluso si* esta clase en determinados países y en determinados períodos históricos, puede no tener una ‘consciencia de clase’ propia o una organización política autónoma.

se toma a “posição de classe” pelo “pertencimento de classe”, erro cometido por Touraine em relação aos “movimentos sociais” (Poulantzas, 2013, p.186).¹⁵

A título de hipóteses, traduzamos em miúdos o que acabamos de expor.

1. Em geral, os “movimentos sociais” tendem a ser policlassistas (Galvão, 2011);
2. Os “movimentos dos dominados/oprimidos” que lutam por trabalho ou pela reprodução da força de trabalho ou até mesmo contra as diversas opressões (sexo, etnia, cultural etc.) tendem a apresentar, ideologicamente, três invariantes históricas em suas bandeiras, discursos e práticas: o igualitarismo (repartição igualitária da produção social), o antiestatismo e o antiburocratismo (práticas mais horizontais na organização das próprias lutas e na construção de novas sociabilidades). Em geral, esses “movimentos” tendem a ser compostos por operários, classes médias e camponeses pobres (produtores simples de mercadoria);
3. Os “movimentos identitários” atuais, predominantemente constituídos por setores das classes médias e setores proletarizados, segundo Quartim de Moraes (2003), se diferenciam daqueles representados por Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, tipicamente classistas. Para nós, os “movimentos identitários” têm as suas determinações de classe prioritariamente nas instâncias política e ideológica e, por isso mesmo, a “identidade” se torna um efeito delas, algo típico das classes médias assalariadas que descolam a exploração (pela forma salário) das formas de opressão (sexual, étnica, gênero etc.). Assim, recolocamos para estes “movimentos” a crítica de Poulantzas a Touraine, apresentada anteriormente.

Esto quiere decir que, en dichos casos, incluso si se halla fuertemente contaminada por la ideología burguesa, su existencia económica se manifiesta por *prácticas político-ideológicas materiales específicas*, que se traslucen bajo su ‘discurso’ burgués: es lo que Lenin designaba, de una manera totalmente descriptiva, por lo demás, como *instinto de clase*. (...) Lo que se entiende por ‘consciencia de clase’ propia y por organización política autónoma, es decir, del lado de la clase obrera, una ideología proletaria revolucionaria y un partido autónomo de lucha de clase, tienen como campo de aplicación el de las *posiciones de clase* y de la *coyuntura*, que constituyen las condiciones de intervención de las clases como *fuerzas sociales* [grifos do autor]” (Poulantzas, 2013, p.16).

- 15 Poulantzas não deixa claro qual é exatamente o erro de Touraine, nem onde e como o cometeu. Porém, levando-se em conta a sua produção da época, quando o autor passou a examinar (e até mesmo influenciar) os “novos movimentos sociais” (mulheres, gays, estudantil etc.), como preferia chamá-los, em contraposição aos tradicionais (os “velhos”), particularmente o movimento operário, é possível deduzir que a crítica se remeta ao seguinte: com a queda da centralidade da luta de classes, que estruturava todo o conflito social do capitalismo industrial (capital *versus* trabalho), e a ascensão das demandas culturais próprias das sociedades pós-industriais nas quais os conflitos se pulverizam em várias direções e as classes passam a ser um elemento secundário, as novas demandas (ou os “novos movimentos”) passavam a estruturar novas relações sociais, ou seja, a determinar os sujeitos na estrutura social. Em outras palavras, no esquema teórico poulantziano, diferentemente do de Touraine, as novas demandas só poderiam ser compreendidas nas determinações de classe dos próprios movimentos.

4. Embora a fragmentação não seja uma característica particular das classes médias, mas, devido às suas determinações de classe que incluem desde gerentes de níveis mais baixos, supervisores e até quadros de funcionários do aparelho estatal, elas se organizam em movimentos que vão desde os que lutam contra as opressões sexuais, raciais, de gênero, étnicas, culturais, antiglobalização neoliberal, altermundialistas, até os movimentos que defendem a ideologia meritocrática, o livre-mercado, a propriedade, o legalismo burguês, a ética na política, governos ditatoriais, o racismo, a xenofobia, transfobia, homofobia etc.;
5. É possível identificar pelo menos cinco movimentos típicos das classes médias em geral: i) os que levantam a bandeira da “identidade” e outras formas de opressão; ii) os que lutam contra a globalização neoliberal; iii) os que lutam para a conservação da ordem burguesa; iv) os movimentos reacionários;¹⁶ v) os que defendem a educação pública, gratuita e laica;
6. Em relação à média burguesia,¹⁷ suas demandas também se voltam para o Estado (subsídios agrícolas, por exemplo), podendo recorrer a métodos de lutas parecidos com os dos pequenos burgueses ou até mesmo dos proletários: bloqueios de vias de acesso (ruas, avenidas, estradas etc.);
7. “Movimentos nacionalistas” e “revolucionários” também tendem a ser policlassistas, podendo aglutinar desde intelectuais nacionalistas das classes médias, camponeses pobres, socialistas, anarquistas e marxistas. Dependendo da correlação de forças, das conjunturas nacional e internacional onde estão inseridos, tendem a transitar de um caráter mais nacionalista inicial para posições socialistas, como aconteceu com o *Movimento 26 de Julho* cubano. Os movimentos “nacionalistas”, inclusive, podem angariar apoio financeiro até das “burguesias nacionais” que se posicionam contrárias ao domínio do imperialismo. A defesa da libertação nacional talvez traduza um “efeito pertinente” destes movimentos;
8. O movimento estudantil, principalmente de nível superior, tende a ter uma base social também oriunda das classes médias, sendo comum que diretórios centrais de estudantes, centros acadêmicos ou até mesmo movimentos nacionais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), produzam, como “efeito pertinente”, a defesa da educação pública, gratuita e laica;

16 As diferenças políticas e ideológicas entre “conservadores” e “reacionários” são bastante tênues: se os conservadores querem preservar a ordem social capitalista vigente e são contrários às possibilidades de avanços sociais (conquistas de novos direitos); os reacionários, por sua vez, lutam para regressar a uma ordem anterior (volta da ditadura militar; restabelecimento da monarquia etc.). Por estas e outras características, ambos podem ser considerados “movimentos-apoio” do bloco no poder.

17 Tanto Milios e Economakis (2011), como Poulantzas (2013), a consideram como pertencentes às classes médias. Para nós, entretanto, esta associação não é clara, pois a média burguesia, embora se diferencie da burguesia e do operariado, explora o trabalho assalariado.

9. O movimento sindical não pode ser considerado um todo homogêneo. Ou seja, tende a ser composto tanto por vendedores da força de trabalho para o capital (operários; nova pequena burguesia) como para o Estado (nova pequena burguesia). Esta heterogeneidade suscita atuações políticas e enfrentamentos muito distintos. Como já alertamos anteriormente, lembremos apenas que estão sendo considerados como “movimentos sociais” por representarem as classes exploradas, dominadas e oprimidas, porém, o movimento sindical legalizado conta com uma estrutura que o distingue de muitos “movimentos” que não têm a mesma estrutura organizacional de funcionamento. De certa forma, ocorre algo parecido com o movimento estudantil quando reconhecido pelas instâncias administrativas das escolas e/ou universidades.

Tipologia dos movimentos sociais

Antes de propormos uma “tipologia dos movimentos sociais”, cabem dois esclarecimentos metodológicos importantes: primeiro, como para nós o termo “movimentos sociais” não designa um conceito,¹⁸ para compreendê-los recorreremos à separação entre objetos abstratos-formais e concretos-reais, pois,

todo conocimiento y por lo tanto todo discurso teórico tiene por fin último el conocimiento de estos objetos reales, concretos singulares; sea su individualidad (la estructura de una formación social) sean los modos de esta individualidad (las conyunturas sucesivas en las cuales existe esta formación social). (Althusser, 1970, p.12)

Em segundo lugar, a construção dos objetos abstrato-formais não obedeceu a um único critério, podendo variar entre demandas dos próprios movimentos, suas ideologias ou sua base social. Isto se deve, sobretudo, à possibilidade de eles se constituírem nas instâncias política e ideológica e não exclusivamente na econômica. Evidentemente que, para a elaboração destes objetos abstratos-formais, partimos de impressões colhidas da realidade social concreta, bem como do que se tem investigado a respeito.

A proposta a seguir tem como objetivo jogar alguma luz teórica para melhor conhecimento dos “movimentos de classe”, portanto, ela não se encerra em si mesma.

¹⁸ Anunciado nesses termos, é o que assinalamos em outro lugar de “senso comum das ciências sociais” (Machado, 2014).

Tabela 1 – Tipologia dos “movimentos de classe”

Objetos abstratos-formais	Determinações indicativas das estruturas econômica, política e ideológica	Potenciais posições políticas e ideológicas	Objetos concretos-reais¹⁹
<i>Movimentos populares que lutam por trabalho</i>	Classe operária; produtores simples de mercadoria.	Cooperativismo; reforma agrária; igualdade social; antiburocratismo etc.	MST; MTD; EZLN; etc.
<i>Movimentos populares que lutam pela reprodução da força de trabalho</i>	Classe operária; massa marginal; subproletariado; nova pequena burguesia; grupos sociais intermediários.	Políticas públicas de educação, saúde, moradia, transporte; meio ambiente; igualdade social; antiburocratismo etc.	MTST; MSTC; Coletivo Feminista Clasista Ana Montenegro; ecologia etc.
<i>Movimentos populares dos pequenos proprietários</i>	Produtores simples de mercadoria.	Defesa da pequena propriedade; socialismo pequeno-burguês etc.	MPA; MAB etc.
<i>Movimentos populares identitários</i>	Nova pequena burguesia; grupos sociais intermediários.	Igualdade de gênero, raça, étnica, cultura; políticas públicas contra as opressões sexuais, de gênero, étnicas, culturais; etc.	Mov. LGBTs; Coletivo Jandira etc.
<i>Movimentos progressistas</i>	Nova pequena burguesia; grupos sociais intermediários.	Antiglobalização neoliberal; altermundialismo; “antifinanceirização” etc.	ATTAC; <i>Occupy</i> etc.
<i>Movimentos conservadores</i>	Nova pequena burguesia; produtores simples de mercadoria; média burguesia; grupos sociais intermediários.	Defesa da meritocracia; moralidade política; mercado; legalismo burguês (judiciário); propriedade etc.	MBL; MEB etc.

Continua

19 Siglas: MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados; EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional; MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem; Mov. LGBTs – Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos; *Occupy* – *Occupy Wall Street*; FAA – *Federación Agraria Argentina*; MPLA – Movimento pela Libertação de Angola; OLP – Organização pela Libertação da Palestina; ETA – *Euskadi Ta Askatasuna* (Pátria Basca e Liberdade); FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional; FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Tabela 1 – Continuação

<i>Movimentos reacionários</i>	Nova pequena burguesia; produtores simples de mercadoria; média burguesia; grupos sociais intermediários	Defesa de governos ditatoriais/autoritários; da monarquia; do racismo; da homofobia; transfobia; xenofobia etc.	“Carecas do ABC”; <i>skinheads</i> ; TFP; Revoltados Online; <i>Ku Klux Klan</i> etc.
<i>Movimentos dos capitalistas médios</i>	Média burguesia.	Defesa da média propriedade.	<i>El Barzón</i> (mexicano); FAA etc.
<i>Movimentos “nacionalistas”</i>	Setores da classe operária; setores da pequena burguesia tradicional; setores do médio capital; setores da nova pequena burguesia; intelectuais; frações da “burguesia nacional”.	Defesa de um Estado-nação “independente” das nações imperialistas; anticolonialismo etc.	MPLA; OLP; ETA; FSLN.
<i>Movimentos “revolucionários”</i>	Setores da classe operária; setores da pequena burguesia tradicional; setores do médio capital; setores da nova pequena burguesia; intelectuais.	Anticapitalismo; defesa do socialismo; socialização dos meios de produção; autogestão das fábricas (controle operário) etc.	Mov. 26 de julho; FARC etc.
<i>Movimento estudantil</i>	Nova pequena burguesia; grupos sociais intermediários.	Educação pública, gratuita e laica.	Grêmios estudantis; Centros Acadêmicos; Diretórios Centrais de Estudantes; UNE etc.
<i>Movimento sindical</i>	Classe operária; nova pequena burguesia.	Corporativismo; reposição do poder aquisitivo do salário; luta econômica; liberdade sindical; acordo coletivo de trabalho.	Sindicatos de operários, de bancários, de professores, trabalhadores do transporte público; centrais sindicais etc.

Alguns esclarecimentos.

Já havíamos alertado que, em geral, os “movimentos sociais” tendem a uma composição policlassista, porém, é preciso salientar que, mesmo com certa heterogeneidade social, seus polos aglutinadores podem ocorrer nas instâncias ideológica ou política. Em muitos casos, participam grupos sociais intermediários cujos membros podem se identificar política e ideologicamente com causas que transitam de um extremo a outro do espectro político e ideológico.²⁰

²⁰ Os grupos sociais intermediários são assim denominados por não necessariamente responderem aos esquemas teóricos classistas, mas que podem constituir grupos de opinião, tanto à direita como

Pela tipologia proposta, certamente o leitor observará que uma mesma base social pode assumir posições políticas e ideológicas distintas entre si. Não temos uma resposta definitiva sobre isso, mas podemos levantar algumas pistas: a) em função das determinações econômica, política e ideológica das classes, não necessariamente todos os indivíduos pertencentes à mesma condição de classe se posicionam política e ideologicamente da mesma maneira; b) as bases sociais são fracionadas, organizam-se (ou não) também de forma fracionada. Isto é, as determinações *indicativas* de classe não se traduzem sobre um todo social homogêneo. Então, referimo-nos, fundamentalmente, às partes que se organizam em “movimentos sociais”.

Alguns movimentos supracitados na tipologia também merecem esclarecimentos:

1. *Movimentos populares que lutam por trabalho e/ou pela reprodução da força de trabalho*: pode-se questionar se o movimento sindical também não faz este tipo de luta. Acreditamos que sim, porém, com essa distinção queremos destacar aqueles movimentos cujos membros organizam suas lutas fora de seus locais de trabalho por estarem desempregados. Essa situação aproxima os movimentos que lutam *por trabalho e pela reprodução da força de trabalho* e os diferencia bastante da organização sindical, já que os sindicatos têm à disposição toda uma estrutura burocrática e de pessoal (diretores, funcionários, advogados, carros, prédios etc.);
2. *Movimentos populares dos pequenos proprietários*: os sujeitos participantes destes movimentos podem tanto se aproximar econômica, política e ideologicamente, quanto se afastar do grosso da massa de trabalhadores assalariados. Em geral, se organizam mais no campo que nas cidades;
3. *Movimentos progressistas*: Por falta de um termo melhor, chamamos estes movimentos de “progressistas” em função das suas bandeiras (antiglobalização neoliberal, por outra mundialização, pela taxação das grandes fortunas etc.). Conforme Ribeiro (2011), a sua base social está localizada predominante nas classes médias;
4. *Movimentos reacionários*: dentre os exemplos dados, certamente a TFP não é o único movimento religioso de caráter reacionário, mas temos dúvida, por exemplo, se a chamada Renovação Carismática, também ligada à Igreja Católica, constitui ou não um “movimento social”, pois, diferentemente da primeira que defende a restauração da monarquia, a RC não tem se apresentado organizadamente na cena política;
5. *Movimentos “nacionalistas”*: Como alertamos antes, a divisão entre “nacionalistas” e “revolucionários” é muito tênue e complexa. É muito difícil

à esquerda. Dessa forma, além de se identificarem nas instâncias política ou ideológica, como já discutido antes, podem se alinhar com as classes populares ou médias ou dominantes.

se estabelecer uma tipologia “pura”, uma vez que, dentro de um mesmo movimento, podemos encontrar “nacionalistas” e “revolucionários”. Desse modo, é possível classificar a FSLN nas duas tipologias, da mesma forma que havia dentro do *Movimento 26 de Julho* cubanos marxistas e não marxistas;

6. *Movimentos estudantil e sindical*: estão arrolados num campo à parte na tipologia porque, embora pertençam, em princípio, às classes oprimidas e dominadas, a rigor, seus lugares de atuação são inseparáveis do aparato estatal burguês (escolas, universidades; ministério do trabalho etc.). Ainda que movimentos como o MST ou MTST também se relacionem com o Estado, na medida em que são obrigados a negociar algumas de suas reivindicações (reforma agrária, moradia etc.), trata-se de uma inserção distinta. O tipo de inserção dos movimentos estudantil e sindical torna-lhes menos propensos a uma posição antiestatista, ou seja, tende a limitar suas possibilidades de ação.²¹ Poderíamos indagar também sobre os movimentos dos capitalistas médios, a *FAA* e *El Barzón*, mas vale destacar que, mesmo reconhecidos pelo Estado, seus constantes protestos *callejeros* na era neoliberal nos levaram a incluí-los na tipologia.²²

Por fim, é importante destacar que várias pesquisas serviram de apoio à elaboração da tipologia, ainda que seus autores (ou suas autoras) não se propusessem diretamente a este propósito. Além de algumas já citadas, como a de Ribeiro (2011) ou a de Cavalcante (2012),²³ há outras importantes: Oliveira (2016), por exemplo, aponta que a composição social dos sem-teto é constituída basicamente pela massa marginal²⁴ e, na mesma direção, encontra-se também o trabalho de Souza (2016). Por outro lado, temos ainda o trabalho de Barbosa (2012): embora não se proponha a fazer diretamente um recorte das classes sociais nos movimentos conservadores e reacionários, sugere que são oriundos predominantemente das classes médias.

21 O que não significa que não possam ultrapassar estes limites e, potencialmente, insuflar lutas sociais mais amplas e transformadoras.

22 Não podemos deixar de fazer referência ao “movimento indígena”: em alguns países, pelo menos latino-americanos, eles estão muito presentes, como no Chile, Equador, Bolívia, México etc. Mesmo no Brasil, estão resistindo como podem contra o genocídio estatal de seus povos. Porém, mesmo tendo conhecimento de toda esta movimentação, não dispomos de elementos teóricos suficientes que articulem “determinações” e “posições de classe” – se é que é possível, pois, em geral, suas lutas envolvem, além do problema territorial, questões étnicas e culturais.

23 Cavalcante (2012), particularmente, auxiliou-nos numa melhor compreensão do complexo campo teórico no qual se desenvolvem as discussões em torno do conceito de “classes médias”.

24 Em poucas palavras, a definição é a seguinte: “Os trabalhadores da massa marginal seriam os desempregados, trabalhador intermitente e trabalhador de setores produtivos estagnados ou decadentes (produção artesanal, indústria a domicílio), empregados domésticos, trabalhador autônomo do comércio de mercadorias (ambulantes) e prestação de serviços. Os trabalhadores da massa marginal não possuem uma posição estável. Ora estão desempregados, ora fazem ‘bicos’, ora são subcontratados” (Oliveira, 2016, p.116-117).

Considerações finais

Dentro das preocupações abordadas aqui, é possível traçar um pequeno paralelo entre o esquema teórico de Milios e Economakis (2011, p.81) e a nossa “tipologia”: por exemplo, para estes autores, os médios burgueses e os produtores simples de mercadoria tendem a ser favoráveis a movimentos de extrema-direita e contrários a movimentos reformistas; por sua vez, a nova pequena burguesia tende a ser contra estes movimentos e em favor de bandeiras reformistas. Mas, se considerarmos que os membros do MST ou do MAB pertencem, em tese, aos produtores simples de mercadoria, eles não se encaixam nestes “efeitos pertinentes”. Ao contrário, com todas as limitações que enfrentam, principalmente de ordem material, são movimentos que estão no campo socialista ou, no mínimo, democrático-popular.

Em relação à nova pequena burguesia, talvez encontremos diferenças políticas e ideológicas entre os dois grupos que a compõe (setor privado e setor estatal), não sendo tão homogêneos quanto o que os autores apresentaram, ainda que como potencialidades. Em outras palavras, pode ser que os trabalhadores estatais tendam a ser mais progressistas, política e ideologicamente, que os do setor privado: por exemplo, há setores compostos por professores universitários ou estudantes de nível superior que não só apoiam movimentos populares, como participam da sua organização: o próprio MST é um caso destes, mas é algo que se encontra também no MTST. Porém, esta não é a regra, uma vez que encontramos nestes mesmos segmentos (estatais ou não) apoios e participação em movimentos conservadores e/ou reacionários.

Seja como for, é temerário apresentar uma tipologia hermética. Assim, oferecemos apenas alguns delineamentos teóricos que nos permitem estabelecer, minimamente, a relação dos “movimentos” com as classes sociais. Dito de outro modo, esperamos contribuir para que seja possível construir uma teoria que supere o senso comum das ciências sociais que, genericamente, não desvenda exatamente quem é o “social” dos movimentos. Para cumprir tal tarefa, impõem-se muitas pesquisas empíricas capazes de compreender como a luta de classes se expressa nos (e pelos) “movimentos de classe”.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. Materialismo histórico e materialismo dialético. In: Alain Badiou; ALTHUSSER, Louis (coords.). *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo: Global, 1979, p.33-56.
- ALTHUSSER, Louis. O objeto de *O capital*. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger. *Ler O capital*. v.II. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp. Marília.
- BOITO JR., Armando. A (difícil) formação da classe operária. In: A.A.V.V. *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

- CAVALCANTE, Sávio Machado. *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Crítica Marxista*, 32, 2011, p.107-126.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. 1973.
- MACHADO, Eliel. Contribuciones para una teoría política marxista de los “movimientos sociales”. *Demarcaciones – Revista Latinoamericana de Estudios Althusserianos*, 2, 2014, p.86-101.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: _____. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MILIOS, John; ECONOMAKIS, George. Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (uma abordagem crítica da teoria de Nicos Poulantzas). *Crítica Marxista*, 32, 2011, p.57-81.
- OLIVEIRA, Nathalia Cristina. *Os movimentos dos sem teto no Brasil e na França*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e clases sociales en el Estado capitalista*. México, D.F.: Siglo XXI, 2012.
- _____. *Las clases sociales en el capitalismo actual*. México, D.F.: Siglo XXI, 2013.
- QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. *Margem Esquerda*, 2003, p.95-111.
- REGALADO, Roberto. Movimientos sociales y partidos de izquierda en América Latina hoy. In: VALDÉS, Gilberto; PÉREZ, Alberto; REGALADO, Roberto (coords.). *Clases sociales y movimientos populares en América Latina*. México, D.F.: El Colegio de México, 2012, p.53-78.
- RIBEIRO, Santiane Arias. *O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC*. 2011. Tese (Doutorado em C. Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.
- SOUZA, Taynara Freitas Batista de. *MTST a luta é pra valer: posicionamento político-ideológico nos governos Lula e Dilma (2003-2015)*. 2016. Dissertação (Mestrado em C. Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

Resumo

Neste artigo, defendemos que o marxismo pode contribuir para uma formulação mais sistemática dos chamados “movimentos sociais”. Para isso, torna-se fundamental que o faça a partir de uma análise classista. Ao procurar avançar

nesta direção, este texto se pauta em algumas formulações de Nicos Poulantzas, principalmente em relação às determinações econômica, política e ideológica das classes sociais e às suas potenciais posições políticas por meio dos “movimentos sociais”. Nossa hipótese é que os dominados podem se organizar em movimentos próprios ou em apoio às classes dominantes no interior do bloco no poder.

Palavras-chave: movimentos sociais; movimentos de classe; práticas de classes; determinações e posições de classe.

Abstract

In this article, we argue that Marxism can contribute to a more systematic formulation of “social movements”. Thus, it is fundamental to do so from a class analysis of them. In seeking to move in this direction, this text is based on some formulations by Nicos Poulantzas, mainly in relation to the economic, political and ideological determinations of social classes and their potential political positions through “social movements”. Our hypothesis is that the dominated can organize themselves or in support of the ruling classes within the power block.

Keywords: social movements; class movements; class practices; determinations and class positions.